

Goiânia vai contratar mais farmacêuticos para os NASFs. CFF irá qualificá-los

■ Farmacêuticos que irão atuar nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, em Goiânia, serão treinados pelo CFF.

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, e o Prefeito de Goiânia, Iris Rezende, reuniram-se, no dia 27 de maio pela manhã, na capital goiana. O tema do encontro foi a contratação pela Prefeitura de mais farmacêuticos para atuar nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs). Participaram da reunião os farmacêuticos Radif Domingos, Coordenador do Cebrim (Centro Brasileiro de Informações sobre Medicamentos); Lorena Baía, Chefe da Divisão de Medicamentos da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia e integrante da Comissão de Saúde Pública do CFF; e Mirtes Bezerra, Diretora da Vigilância Sanitária do Município de Goiânia e membro da Comissão de Farmácia do Conselho Federal.

Dr. Jaldo foi à reunião, para solicitar ao Prefeito Iris Rezende que contratasse farmacêuticos para atuar nos 20 novos NASFs que serão implantados pelo Município. A Portaria 154, do Ministério da Saúde, publicada no "Diário Oficial da União" de 25 de janeiro de 2008, determina a inclusão de outros profissionais da saúde na saúde da família, além de médicos.

Entretanto, a Portaria deixa aos gestores municipais a decisão de que profissionais contratar. Por isso, entende Souza Santos, é importante que os farmacêuticos procurem os gestores, com o objetivo de os sensibilizar, argumentando que os seus serviços profissionais

são imprescindíveis ao serviço público.

Na reunião com Iris Rezende, o Presidente do CFF voltou a sustentar que os benefícios gerados pelos serviços farmacêuticos são significativos. "Os serviços prestados pelos farmacêuticos que já foram inseridos no serviço público geraram uma expressiva economia ao Município de Goiânia", lembrou Souza Santos. Iris Rezende, que já havia manifestado ao dirigente do Conselho Federal a sua sensibilidade para com a causa farmacêutica, comprometeu-se a atender integralmente ao seu pedido.

QUALIFICAÇÃO – Souza Santos propôs ao prefeito de Goiânia uma parceria, segundo a qual os farmacêuticos que irão atuar nos NASFs sejam treinados pelo CFF com o apoio do Governo municipal. O Conselho oferecerá aos profissionais o curso "O Exercício Profissional Diante dos Desafios da Farmácia Comunitária", realizado pelo Cebrim (Centro Brasileiro de Informações Sobre Medicamentos), órgão do CFF. O curso é coordenado pelo farmacêutico Radif Domingos.

O ingresso de farmacêuticos nos NASFs é uma situação nova para os profissionais. Ali, eles irão atuar permanentemente em equipes multiprofissionais e lidar diretamente com o paciente. "Os farmacêuticos precisam ser muito bem qualificados, para enfrentar esta nova realidade, que vai exigir deles conhecimentos em diferen-



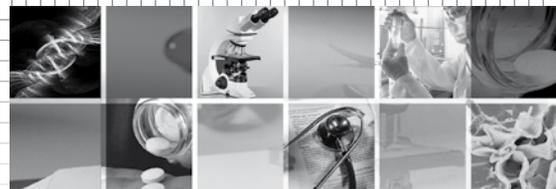
Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, pede ao Prefeito de Goiânia, Iris Rezende, que contrate farmacêuticos para os novos NASFs que serão implantados pelo Município. Rezende promete atender Souza Santos.

tes áreas", completou o Presidente do Conselho Federal de Farmácia.

NOVA CONSCIÊNCIA - Recentemente, a Prefeitura de Goiânia contratou, por concurso, 40 farmacêuticos. Em Manaus, a Prefeitura também abriu vagas para farmacêuticos (foram 200, de uma só vez). Por outro lado, Secretários de Saúde de Municípios de todo o País têm informado que estão implantando os seus Núcleos de Apoio à Saúde da Família e contratando farmacêuticos para atuar nessas unidades.

Dr. Jaldo de Souza Santos fez uma leitura otimista deste momento: "É muito grande o número de contratações de farmacêuticos, em todo o País, de um momento para o outro. Isso não é uma coincidência, mas, sim, a tradução de uma nova consciência por parte dos gestores públicos. Eles estão se conscientizando das vantagens que há em inserir os farmacêuticos no serviço público", concluiu.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Assessor de Imprensa do CFF.



Farmacêuticos-bioquímicos podem fazer diagnóstico de câncer de mama e de colo uterino, sim

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou, no dia 29 de abril de 2008, a Lei nº 11.664, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde). De acordo com a Lei, os farmacêuticos-bioquímicos são profissionais aptos a fazer o diagnóstico das doenças.

A atualização da Lei 11.664 traz duas importantes mudanças no que diz respeito à saúde da mulher brasileira. A primeira delas trata da diminuição na idade determinada para realização do exame mamográfico. Agora, mulheres de 40 anos deverão ser encaminhadas para mamografia, no SUS, uma vez por ano.

A segunda modificação engloba a assistência integral à saúde da mulher, incluindo amplo trabalho informativo e educativo sobre a prevenção, detecção, tratamento e controle, ou seguimento pós-tratamento, dos cânceres de mama e de colo uterino, reafirmando as ações interdisciplinares no âmbito do Sistema Único de Saúde.

As alterações nas regras do SUS têm o objetivo de aumentar os diagnósticos precoces destes dois tipos de câncer que, em 2008, devem atingir mais de 90 mil mulheres, em todo Brasil, segundo dados do Inca (Instituto Nacional do Câncer).

O número de mortes causadas pelo câncer de colo de útero deve dobrar, na América Latina, nos próximos 12 anos. Hoje, a doença causa cerca de 333 mil óbitos, na região. Em 2030, serão 70 mil. Os dados são de um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

LEGISLAÇÃO - A aprovação da Lei 11.664 coloca em cheque o Artigo 7, da Resolução 1823/07, e o Artigo 1, da Resolução 1.473/97, do Conselho Federal de Medicina (CFM). De acordo com os artigos,

os exames de diagnóstico de câncer do colo do útero, no SUS, são de competência restrita de médicos.

Segundo o Consultor Jurídico do CFF, Antônio César Cavalcanti Júnior, não é razoável, nem tampouco legal, que tais exames sejam de responsabilidade exclusiva de uma categoria. Tanto os médicos quanto os farmacêuticos-bioquímicos podem realizar os procedimentos, conforme prevêem as normas legais sobre a competência das duas profissões.

“A legislação prevê essa competência concorrente para realizar e elaborar os laudos de exames citológicos e citopatológicos. Não pode a população, especialmente a feminina, ficar dependente de apenas uma classe de profissionais, quando se trata, por exemplo, de obter acesso ao exame preventivo de câncer de colo uterino ou do câncer de mama”.



Antônio César Cavalcanti Júnior, Consultor Jurídico do CFF: “Não pode a população, especialmente a feminina, ficar dependente de apenas uma classe de profissionais, quando se trata, por exemplo, de obter acesso ao exame preventivo de câncer de colo uterino ou do câncer de mama”.

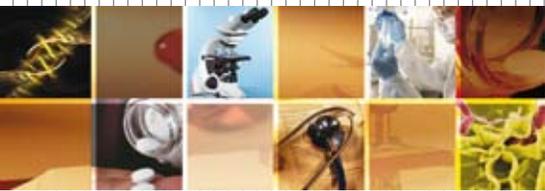


mama”, completa Cavalcanti Júnior.

O Consultor Jurídico ainda lembra a Constituição Federal. “É importante frisar que o CFM não tem competência para editar norma administrativa que restrinja a ação profissional dos farmacêuticos, pois qualquer trabalho só pode ser alterado por lei, de competência exclusiva da União (Art. 22, I, CF/88)”, completa Cavalcanti Júnior.

RESERVA DE MERCADO - Ele salienta que o Conselho Federal de Medicina tem buscado criar reserva de mercado para os médicos patologistas, ao restringir o direito de realização dos exames aos mesmos. “O CFF já obteve uma expressiva vitória, na Justiça, contra a inconstitucionalidade da Resolução Administrativa 1.473/97, do CFM. E quantas vezes forem necessárias, nós buscaremos a Justiça, como faremos, para barrar a eficácia da Resolução 1.823/08”, concluiu o Consultor Jurídico do CFF.

Pela jornalista Veruska Narikawa, da Assessoria de Imprensa do CFF.



Medicamentos para emagrecer:

CFF apresenta nova proposta à Câmara dos Deputados

De acordo com o texto apresentado ao Deputado pelo Dr. Amilson Álvares, fica proibida a fabricação, manipulação, prescrição e comercialização ou dispensação dos seguintes medicamentos: aminorex, dietilpropiona ou anfepramona, femproporex, fendimetrazina, fentermina, mazindol, mefenorex, quando associados entre si ou com substâncias que agem no sistema nervoso central ou no sistema endócrino. A proposta esclarece que a lista de medicamentos deve ser revista e atualizada pelo órgão sanitário competente.

A reunião para a entrega da Proposta teve a participação do Presidente da Anfarmag/DF (Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais) / Regional do Distrito Federal, Carlos Alberto de Oliveira, e do Assessor Técnico do CFF, José Luiz Maldonado.

JUSTIFICATIVA NO RECEITUÁRIO - Ainda de acordo com a proposta de Emenda, é proibida a prescrição médica, com finalidade exclusiva de tratamento de obesidade ou emagrecimento, dos medicamentos citados, quando associados a benzodiazepínicos, diuréticos, hormônios ou extratos hormonais e laxantes.

“Nos casos de necessidade de prescrição de associações relacionadas, desde que produzidas ou manipuladas em unidades farmacêuticas distintas, o prescritor deverá apor justificativa no próprio receituário” (*Trecho da proposta*).

Para o Vice-presidente do CFF, Amílson Álvares, a antiga redação da Emenda nº 1 do referido Projeto contraria as atuais RDC (Resolução de Diretoria Colegiada) da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) sobre manipulação de fármacos, e praticamente levaria ao fechamento de grande parte das farmácias de manipulação do País. “O CFF não poderia ficar alheio a esta investida contra as farmácias magistrais”, argumentou.

HISTÓRICO - O CFF encaminhou, na segunda quinzena de abril, uma Nota Técnica ao Relator Darcísio Perondi, discordando de alguns pontos da Emenda nº 1, do Projeto de Lei 6000/2005. Perondi



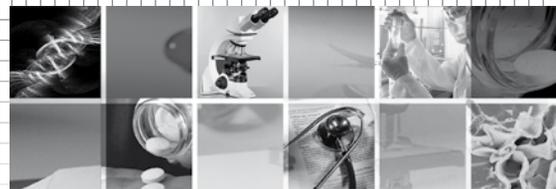
O Vice-presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Amilson Álvares, entregou ao Deputado Federal Darcísio Perondi (PMDB/RS), no dia 14 de maio de 2008, uma proposta de nova redação para a Emenda nº 1 à Lei 6000/2005. A Lei é de autoria do Deputado Federal Fernando Coruja (PPS/SC) e proíbe a associação de substâncias psicoativas usadas em medicamentos para emagrecer a outras de ação no sistema nervoso central. Darcísio Perondi é o Relator do Projeto e Presidente da Frente Parlamentar da Saúde na Câmara.

sugeriu, então, que o CFF elaborasse uma nova redação, acrescentando sugestões.

Durante a Reunião Plenária do CFF, realizada, nos dias 24 e 25 de abril de 2008, o Presidente do órgão, Jaldo de Souza Santos, nomeou um Grupo de Trabalho para elaborar um texto para aprovação do Plenário. O Grupo foi composto pela Conselheira Federal pelo Rio Grande do Sul, Gilsiane Pioner Zunino; pelo Assessor Técnico do CFF, Jarbas Tomazoli Nunes; e pelo 3º Vice-presidente da Anfarmag (Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais), Ademir Valério.

A nova proposta apresentada pelo CFF tem como base o Projeto de Lei 6000, de 2005, de autoria do Deputado Federal Fernando Coruja (PPS/SC), e também a Resolução nº 357/2001, do CFF e a RDC nº 67/2007, da Anvisa. Segundo Darcísio Perondi, a proposta já foi avaliada, acatada e anexada ao texto, que deverá ser levado à votação, na Comissão de Saúde da Câmara, mas ainda aguarda sugestões do Ministério da Saúde ou Anvisa.

Pela jornalista Veruska Narikawa, da Assessoria de Imprensa do CFF.



Presidente do CFF faz palestra na Semana Acadêmica, em Campo Mourão

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, participou, no dia 12 de maio de 2008, da abertura da 2ª Semana Acadêmica da Faculdade Integrada de Campo Mourão, no Paraná, realizada no Lions Clube da cidade. Com uma palestra sobre assistência farmacêutica, o Presidente do CFF fez um histórico, partindo das antigas boticas até o modelo atual, e destacou a importância de uma formação profissional de qualidade.

Souza Santos lembrou que o Brasil conta, hoje, com mais de 105 mil farmacêuticos que procuram ocupar espaços, no mercado. “Este mercado exige profissionais que tenham uma formação humanista e generalista, e com capacidade para atuar na saúde pública, em todos os níveis de atenção; que sejam preparados para o exercício das atividades referentes a fármacos e medicamentos, análises clínicas e toxicológicas e no controle, produção e análises de alimentos”, acrescentou. Ele destacou, ainda, as 65 especialidades farmacêuticas, lembrando as múltiplas possibilidades de atuação do profissional.

ESTUDO PERMANENTE - De acordo com o professor Sérgio Valentin, que ministra as disciplinas de Farmacotécnica e Cosmetologia, em Campo Mourão, a palestra do Presidente do CFF foi importante, pois traçou um histórico, desde as boticas até as farmácias comunitárias de hoje, e mostrou aos estudantes a evolução da profissão. “Ao lembrar as várias atividades que podem ser desenvolvidas pelo farmacêutico e sua importância para a saúde da população, o Presidente destacou que a atividade de estudante nunca termina e que o sucesso profissional está direta-

mente ligado à continuidade nos estudos”, disse o professor.

EXME DE PROFICIÊNCIA - O exame de proficiência foi um dos destaques da palestra de Dr. Jaldo de Souza Santos. “A avaliação profissional é sempre polêmica, mas, antes de se criar um exame que avalie o farmacêutico, é preciso avaliar a qualidade do ensino oferecido nos 320 cursos de Farmácia espalhados pelo País”, afirmou o Presidente do CFF.

EVENTO - a 2ª Semana Acadêmica da Faculdade Integrada de Campo Mourão (PR) contou com a apresentação de palestras específicas nas áreas de Farmácia, Genética Molecular, sobre a atuação do farmacêutico junto ao paciente hipertenso e sobre o mercado de trabalho; dos minicursos “Conhecendo o medicamento na prática farmacêutica”; “Farmácia Clínica” e “Técnicas de utilização de injetáveis”. Ao todo, foram mais de 36 palestras, 29 minicursos, cinco oficinas, seis mesas temáticas e apresentações de trabalhos em diferentes áreas do conhecimento, bem como atividades culturais.

A Faculdade Integrada fica, em Campo Mourão, localizada no centro-oeste do Paraná. Fundada, em 1998, inicialmente, com os cursos de Administração, com habilitação Geral, Administração com habilitação em Comércio Exterior e Medicina Veterinária, a unidade, hoje, conta com os cursos de Administração, Agronomia; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Ciências Biológicas; Direito; Educação Física; Enfermagem; Farmácia; Medicina Veterinária; Pedagogia e Relações Internacionais com ênfase em Agro-nócios.

Mais informações, no site <http://www.grupointegrado.br/portal/>

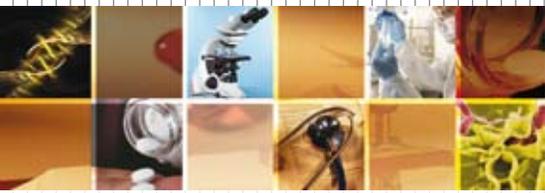


O SUS e a EC 29: CFF defende aprovação da Emenda

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um modelo de serviços de saúde pública com reconhecimento internacional e apresenta números impressionantes de atendimentos em todos os níveis de complexidade – consultas, exames, cirurgias, transplantes – neste Brasil continental. Mas o Sistema convive com o caos das filas, com boa parte da população reclamando que não recebe atendimento básico ágil; com hospitais sucateados e com profissionais sem motivação. Falta investimento. O maior sistema público de saúde do mundo está ameaçado pela falta de definição sobre seu financiamento.

A Câmara dos Deputados votará o projeto que regulamenta a Emenda Constitucional número 29. A Emenda é defendida por diversos setores da Saúde, pois dela depende a melhoria e o bom funcionamento do SUS. O texto define o mínimo de recursos a serem aplicados em saúde pela União (10% das receitas), pelos Estados (12%) e pelos Municípios (15%). Também, define em quais ações e serviços de saúde estes recursos podem ser investidos, amplia a fiscalização e estabelece a punição para os casos de descumprimento ou má aplicação do orçamento da saúde.

“Temos a convicção de que a vinculação orçamentária de investimentos é fundamental para sanar os problemas enfrentados pelo SUS, e a definição das despesas devem seguir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde,” afirma o Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos.



Farmacêuticos-bioquímicos Comemoram redução de Imposto de Renda



Dra. Lenira da Silva Costa, Presidente da Comissão de Análises Clínicas do CFF e Conselheira Federal: "Redução de 24% na base de cálculo do Imposto de Renda é significativa e representa uma conquista dos laboratórios".

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) e os Sindicatos que representam os laboratórios de análises clínicas comemoraram, no dia 7 de maio de 2008, a primeira vitória dos laboratórios na luta pela redução dos impostos que incidem sobre o setor. Foi aprovada, na Câmara dos Deputados, a Medida Provisória 413, que reduz para 8% o Imposto de Renda dos laboratórios. O texto seguiu para a tramitação, no Senado, e para a sanção do Presidente da República.

O texto aprovado, na Câmara, contempla a mudança da base de cálculo do Imposto de Renda sobre o lucro presumido, no caso de serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, quando prestados por sociedade empresária e atendidas as normas da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que passa a ser calculada com base no percentual de 8% do faturamento, em lugar dos 32%, atualmente em vigor.

Para a Presidente da Comissão de Análises Clínicas do CFF e Conselheira Federal de Farmácia pelo Rio Grande do Norte, Lenira da Silva Costa, a redução de 24% na base de cálculo do Imposto de Renda é "significativa" e representa uma conquista dos laboratórios, que buscam



um referencial ético junto aos planos de saúde e a redução de impostos. "É bom lembrar que, para ser colocada em prática, a Medida Provisória seguirá, ainda, para o Senado e para a sanção presidencial. Mas já conquistamos um primeiro passo, com a sua aprovação, na Câmara dos Deputados", comemorou.

O Presidente do Sindilab (Sindicato dos Laboratórios de Patologia e

Análises Clínicas), farmacêutico-bioquímico Humberto Tibúrcio, lembra que a tramitação e votação da Medida Provisória 413, no Plenário da Câmara, contou com o apoio dos Deputados Federais Rafael Guerra (PSDB/MG), Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), Darcísio Perondi (PMDB/RS), Odair Cunha (PT/MG), Júlio Delgado (PSB/MG), Eduardo Valverde (PT/RO) e Fernando Coruja (PPS/SC).

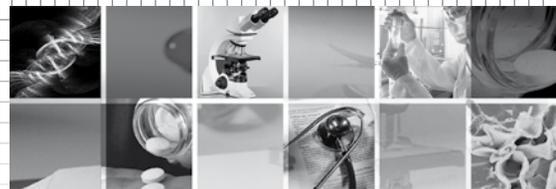
Farmacêuticos e outros profissionais da saúde em um só endereço

Está em funcionamento o Diretório de Competências em Vigilância Sanitária (DCVisa), lançado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O DCVisa reúne, em um único endereço eletrônico, informações sobre experiências e profissionais da área de vigilância sanitária.

A Assessora chefe do Centro de Gestão do Conhecimento Técnico e Científico da Anvisa, Maria Cristina da Costa Marques, informou que o DCVisa cadastra currículos e experiências profissionais de especialistas graduados e pós-graduados, como também de nível médio.

No DCVisa pode ser encontrado, por exemplo, desde um perfil específico, acadêmico e profissional, como também é possível fixar parâmetros para selecionar uma equipe profissional multidisciplinar com especialistas de Estados diferentes.

Além de informações próprias, o DCVisa espelhará também a base Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), composta por um número estimado mais de um milhão de currículos. O cadastramento no DCVisa é gratuito e pode ser feito pelo endereço eletrônico, <http://dcvisa.anvisa.gov.br>



CFF adota nova metodologia para fiscalização



Conselheiro Federal de Farmácia pelo Maranhão, Ronaldo Pereira Filho, Presidente da Comissão de Fiscalização do CFF

A fiscalização profissional farmacêutica, liderada pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF) e assessorada por sua Comissão de Fiscalização, passou por uma reestruturação, no início de 2008. O processo teve por objetivo promover mudanças no setor, a exemplo do que vem ocorrendo na metodologia de trabalho do Federal junto aos Regionais (CRFs).

Segundo o Presidente da Comissão de Fiscalização (Cofisc) e Conselheiro Federal de Farmácia pelo Maranhão, Ronaldo Pereira Filho, um dos grandes entraves da fiscalização profissional era a falta

de uma comunicação direta entre o CFF e os CRFs, no sentido de se estabelecer metas diferenciadas que levassem em consideração as diferenças regionais e tornasse efetivo o processo de fiscalização, em cada Estado.

A reestruturação foi, inclusive, tema da Reunião Geral dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, realizada, em março de 2008, em Brasília. Durante o evento, foram apresentados os balanços anuais de fiscalização. Já em reuniões individualizadas entre a Comissão de Fiscalização, as Diretorias do CFF e de cada CRF, foram assinados termos de compromisso que estabelecem metas de fiscalização para cada Regional. As metas têm como base a Resolução nº 409, do CFF, que regulamenta o procedimento de fiscalização dos Conselhos Regionais.

Para o Presidente da Cofisc, a alteração na metodologia torna mais efetiva a ação de fiscalização dos CRFs, pois a nova política exige o cumprimento de metas dos Regionais. Essas mudanças são os primeiros passos para um objetivo maior, que é colocar em prática o Plano Nacional de Assistência Farmacêutica (Planaf), elaborado pelo CFF, através de suas Comissões de Farmácia (Comfar), de Fiscalização (Cofisc) e de Legislação (Coleg).

“Este Plano pretende aprimorar a assistência farmacêutica, no Brasil, promovendo o acesso e o uso racional dos medicamentos. Para isso, é preciso melhorar os índices de fiscalização e a qualidade dos serviços farmacêuticos prestados, nos Estados; valorizar ainda mais a profissão, proteger a sociedade, oferecendo-lhe mais serviços farmacêuticos, mais segurança em saúde e mais quali-

dade de vida”, completa Ronaldo Pereira Filho.

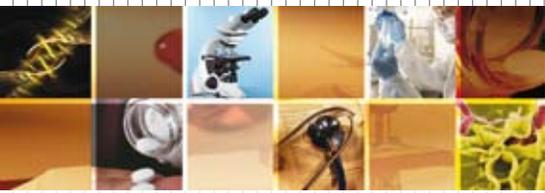
PRESSUPOSTOS – O Presidente da Cofisc explica que as metas pactuadas com cada CRF possuem os mesmos pressupostos. Ou seja, o número de fiscais em atividade, o número de fiscais por estabelecimento (600 estabelecimentos por fiscal), o número de autos de infração lavrados por ausência de responsável técnico, o número de autos de infração lavrados à distância, o número de processos éticos instaurados e o número de autos de infração lavrados por ausência e multas.

O Conselheiro e Presidente da Cofisc, Ronaldo Pereira Filho, explica, ainda, que os termos de compromisso de cada Estado têm acompanhamento mensal da Comissão de Fiscalização, através dos Relatórios de Atividade Fiscal (RAFs), que são enviados ao CFF. Ele acrescenta que a Cofisc apresentará à Diretoria do CFF relatórios periódicos com os resultados alcançados por cada Regional e possíveis soluções para os que encontrarem dificuldades em cumprir as metas estabelecidas.

A Comissão de Fiscalização do CFF é composta pelos Conselheiros Federais Ronaldo Ferreira Pereira Filho (MA) e Maria Cristina Ferreira (RJ); pelo Suplente de Conselheiro Federal Salim Tuma Haber (PA/AP). Reúne, ainda, os farmacêuticos Carlos Roberto Merlin (SC) e Everson Augusto Krum (PR).

Dúvidas, solicitações e qualquer correspondência à Comissão de Fiscalização devem ser encaminhadas ao endereço cofisc@cff.org.br

Pela Jornalista Veruska Narikawa, da Assessoria de Imprensa do CFF.



Projeto de Lei cria espaço exclusivo para atendimento farmacêutico, nas farmácias

■ O Deputado Estadual Evandro Magal (PSDB-GO) apresenta Projeto de Lei que torna obrigatória a criação de salas privativas para as atividades do farmacêutico, nas farmácias do Estado de Goiás.



Deputado Estadual Evandro Magal, de Goiás, apresentou Projeto de Lei que obriga farmácias goianas a criarem o espaço privativo para farmacêuticos prestarem serviços aos clientes

Uma bandeira de luta do Conselho Federal de Farmácia é a mudança do modelo farmacêutico brasileiro, que o órgão considera “mercantilista e pouco comprometido com a saúde”. Esta mudança começa com a prestação de serviços farmacêuticos à população, nas farmácias, em tempo integral. Nesse sentido, farmacêuticos e o CFF reivindicam a criação, dentro dos estabelecimentos, de um espaço privativo para os profissionais atenderem aos cidadãos. Se depender do Deputado Estadual Evandro Magal (PSDB/GO), este sonho começa a virar realidade.

O parlamentar apresentou, no dia 22 de abril de 2008, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, um Projeto de Lei que obriga as farmácias goianas a criarem uma sala exclusiva para que o farmacêutico possa exercer suas atividades junto aos clientes.

O Projeto de Evandro Magal determina que a sala destinada ao exercício das atividades do profissional farmacêutico deverá atender, de forma privativa e condigna, às necessidades indispensáveis ao

bom exercício da profissão, respeitadas as normas de Medicina e segurança do trabalho.

Ainda de acordo com o Projeto, “a atividade do farmacêutico é indispensável para o funcionamento das farmácias, a fim de orientar a compra de medicamentos pela população, zelando pela saúde de todos”. E acrescenta: “Destarte, incansável tem sido a luta do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Conselhos Regionais e Sindicatos Profissionais para assegurar a presença de farmacêuticos, por todo o horário de funcionamento das farmácias...”. Segundo o Deputado, “o desempenho desta atividade precisa ser incentivado, através de condições de trabalho adequadas para o bom o exercício profissional”.

PRESEÇA DO FARMACÊUTICO - Para o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, a mudança no atual modelo farmacêutico, mais que necessária, é imprescindível, e a ação mais importante, neste momento de mudança, é a presença do farmacêutico, no estabelecimento. “Todos os problemas que decorrem deste modelo têm origem na ausência do farmacêutico, na farmácia”, declarou Souza Santos.

Segundo ele, a população e os sistemas de saúde pública e privada estão deixando de se beneficiar dos serviços farmacêuticos, que são valiosíssimos. “Garanto que se eles fossem aproveitados, integralmente, teríamos outro contex-

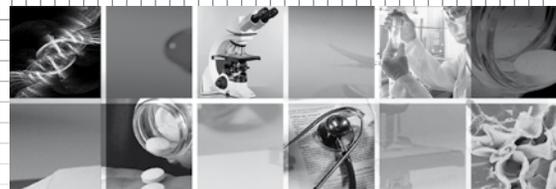


Farmacêutico André Guedes, da Rede Unicom, em Brasília, orienta paciente na sala de atenção farmacêutica

to sanitário. Teríamos muito mais saúde”, disse.

Para Souza Santos, a sala para o farmacêutico prestar os seus serviços, dentro dos estabelecimentos, é uma necessidade, porque, muitas vezes, o cliente fica inibido para falar de si, ao perceber a presença de outras pessoas ao balcão. O farmacêutico, por sua vez, também encontra dificuldades. No caso, a orientação pode ficar dificultada, porque, por questões éticas, ele, no caso de a farmácia estar cheia, não pode tornar pública uma informação que deve ser transmitida exclusivamente àquela cliente.

EXPERIÊNCIAS - Muitas farmácias brasileiras já criaram os espaços privativos para o atendimento dos seus farmacêuticos. A iniciativa é registrada, em todas as regiões. A revista PHARMACIA BRASILEIRA vem contando, ao longo de suas 65 edições, as experiências fantásticas de farmacêuticos que construíram, em suas farmácias, ou convenceram os proprietários dos estabelecimentos em que atuam, a criar o que muitos deles denominam de “consultórios farmacêuticos” ou de “salas de atenção farmacêutica”.



Compêndio de plantas medicinais e fitoterápicos

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) está elaborando um compêndio de plantas medicinais e fitoterápicos utilizados na rede pública de saúde. De acordo com o farmacêutico Ely Eduardo Saranz, Conselho Federal de Farmácia pelo Estado de São Paulo e um dos organizadores do compêndio, o objetivo da iniciativa do CFF é ampliar as opções terapêuticas aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde), com garantia de acesso aos produtos e aos serviços farmacêuticos com qualidade.



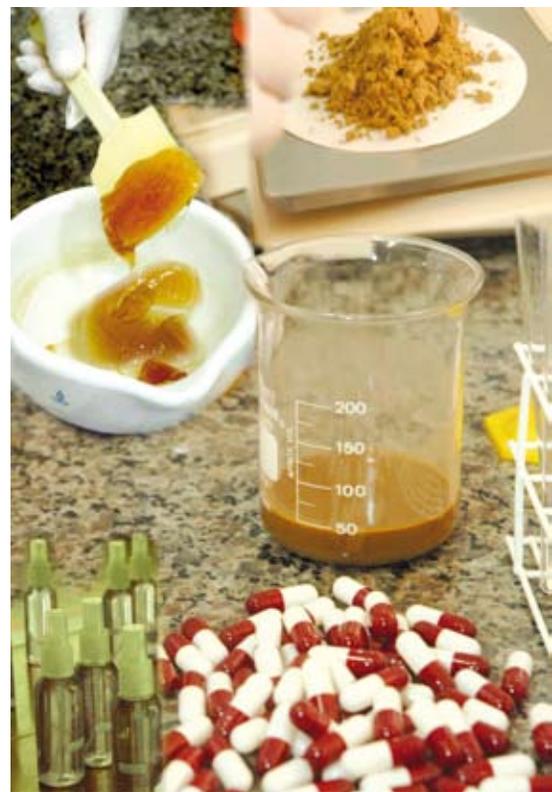
Conselheiro Federal de Farmácia por São Paulo, Ely Eduardo Saranz, um dos organizadores do compêndio

O compêndio garantirá informações a respeito das plantas medicinais que partem da lista do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Em breve, o CFF irá nomear uma Comissão para coordenar

os estudos sobre o compêndio. Depois de concluído o trabalho, o Conselho irá apresentá-lo ao Ministério da Saúde e pedir a sua oficialização.

Segundo o Conselho Ely Eduardo Saranz, Coordenador do compêndio, um bom momento para os farmacêuticos da área prestarem a sua colaboração ao compêndio será o "1º Simpósio de Assistência Farmacêutica em Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Sistema Público de Saúde", que será realizado, de 21 a 24 de agosto de 2008, em Cuiabá (MT). Nas mesmas data e local, irão acontecer o "2º Congresso do Pantanal" e o "9º Congresso Regional de Análises Clínicas do Centro-Oeste".

O "1º Simpósio de Assistência Farmacêutica em Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Sistema Público de Saúde" é organizado



pelos farmacêuticos Ely Eduardo Saranz, Nilton Luz Netto (DF), Jarbas Tomazolli Nunes (DF), Kátia Torres (MS) e Wagner Vilegas (SP).

Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail informações@congressomatogrosso.com.br ou pelo site www.congressomatogrosso.com.br.

Repercute a carta do CFF a Secretários de Saúde sobre NASFs

Repercute, acima de qualquer expectativa, a carta que o Conselho Federal de Farmácia (CFF) encaminhou aos Secretários Municipais e Estaduais da Saúde e farmacêuticos de todo o País, tratando dos NASFs (Núcleos de Apoio à Saúde da Família), criados pelo Ministério da saúde, através da Portaria número 154 e publicada no "Diário Oficial da União", em 25 de janeiro deste ano. Os Núcleos irão funcionar com a participação de farmacêuticos, além de outros profissionais da saúde.

O CFF tem recebido uma média diária de 40 ligações telefônicas e igual quantidade de e-mails de autoridades

municipais e estaduais e de farmacêuticos, pedindo mais informações sobre os NASFs e a inclusão dos serviços farmacêuticos nos Núcleos.

SENSIBILIZAÇÃO DAS AUTORIDADES - A repercussão que a carta do Conselho Federal de Farmácia vem causando aponta para a sensibilização das autoridades municipais quanto à importância dos serviços farmacêuticos na saúde pública. Quem faz esse diagnóstico é o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos. Para ele, os farmacêuticos darão outra feição aos serviços do Programa Saúde da Família (PSF).



Plenária do CFF

Conselho aprova resoluções profissionais

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) aprovou, no mês de maio, em sua Reunião Plenária nº 348, a Resolução nº 477, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito das plantas medicinais e fitoterápicos. Modificações no texto e a inclusão de artigos foram sugeridas pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP), analisadas por um Grupo Técnico e acatadas pelo Plenário do CFF.

As principais alterações dizem respeito à manipulação, ao processamento de insumos de origem vegetal e ao fornecimento, distribuição, importação e exportação de plantas medicinais e drogas vegetais.

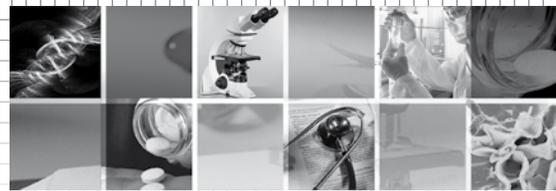
No mês de maio, também, foi aprovada

a Resolução que regulamenta o registro, a guarda e o manuseio de informações resultantes da prática da assistência farmacêutica nos serviços de saúde. De acordo com a Resolução 476, o prazo mínimo para arquivamento das informações resultantes da prática da assistência farmacêutica é de cinco anos, e o processo de arquivamento deve ser feito, de preferência, por meio eletrônico.

CONSULTAS PÚBLICAS – Está no *site* no CFF (www.cff.org.br) a Consulta Pública sobre as atribuições do farmacêutico nas atividades de meio ambiente, segurança no trabalho, saúde ocupacional e responsabilidade social. O texto preliminar foi levado ao Plenário do CFF pelos Assessores Técnicos Jarbas Tomazolli e José Luiz Maldonado.

Entre outras atribuições legais e regimentais, a proposta cita a Resolução nº 290/96, que aprova o Código de Ética Farmacêutica, e dispõe sobre a responsabilidade do farmacêutico perante o meio ambiente, a segurança do trabalhador, a saúde ocupacional e a comunidade.

Uma outra Consulta Pública, que também está no *site* do CFF, dispõe sobre os serviços farmacêuticos na Farmácia-Escola pública ou privada. De acordo com o texto, uma Farmácia-Escola deve dispor de estrutura imprescindível para a formação farmacêutica, como ambiente acadêmico profissional integrado ao Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora e com inscrição em quadro próprio nos Conselhos Regionais de Farmácia.



CFF discute carga horária dos cursos de graduação



A Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia (CFF) enviou um ofício ao Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Edson de Oliveira Nunes, que expressa a preocupação de professores, diretores, acadêmicos, gestores da educação e dirigentes de entidades farmacêuticas

quanto à carga horária dos cursos de graduação em Farmácia. Segundo o documento, a carga horária necessária para uma formação generalista, sem prejuízo dos conhecimentos necessários para o exercício das atividades farmacêuticas, seria de, no mínimo, 4 mil horas.

O documento foi elaborado, durante a V Conferência Nacional de Educação Farmacêutica, realizada pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), em Brasília, de 10 a 12 de abril. O ofício, que também foi encaminhado à Gestora de Educação em Saúde do Ministério da Saúde, Ana Estela Haddad, contempla a Lei de Diretrizes e Bases, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e as Políticas de Saúde Pública.

De acordo com a professora Zilmar Costa Fernandes, integrante da Comissão de Ensino do CFF, é preciso formar profissionais qualificados. "O farmacêutico desempenha um amplo papel social na saúde do País como agente no

processo de assistência farmacêutica e nas políticas nacionais de saúde. Ainda, deve ser ressaltado que o farmacêutico é o único profissional de saúde habilitado em áreas específicas, como controle de qualidade e segurança de alimentos, cosméticos, correlatos, fitoterápicos, medicamentos, nutracêuticos, quimioterápicos, radiofármacos, nutrição parenteral, análises clínicas e toxicológicas. Todas são áreas muito técnicas, abrangentes e que exigem qualificação", explicou Zilmar Costa Fernandes.

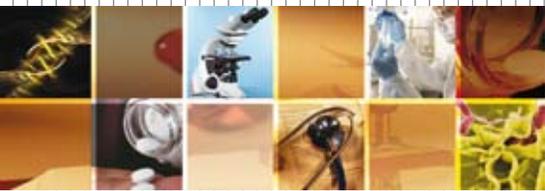
A Presidente da Comissão de Ensino do CFF, Magali Demoner, também, Conselheira Federal de Farmácia pelo Espírito Santo, lembra que as Diretrizes Curriculares mudaram o ensino, e a assistência farmacêutica, com foco na atenção farmacêutica, está crescendo. "Temos cerca de 60 atividades, nas quais o farmacêutico pode atuar. Com menos de 4 mil horas, é impossível formar um profissional bem qualificado", completa.

Presidente do CFF participa de audiência pública para discutir preços de medicamentos



"O modelo farmacêutico equivocado existente, no Brasil, tem parte da responsabilidade pelos reajustes não autorizados de preços", declarou o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos.

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, participou, na tarde do dia 4 de junho de 2008, no Plenário da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, de uma audiência pública que discutiu o abuso nos reajustes de preços dos medicamentos. O requerimento para a realização da Audiência partiu do Deputado Federal Vital do Rêgo Filho (PMDB/PB), Presidente da Comissão, após receber uma pesquisa



coordenada pelo Instituto Nacional de Defesa dos Usuários de Medicamentos (Idum), com informações sobre reajustes irregulares. Em sua fala, Dr. Jaldo atribui ao modelo farmacêutico “equivocado” existente, no Brasil, parte da responsabilidade pelos reajustes não autorizados de preços. O modelo, segundo ele, transformou o setor apenas num grande negócio, com pouca ou nenhuma identificação com a saúde.

Além do Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, participaram da audiência, como expositores, o Gerente de Avaliação Econômica de Novas Tecnologias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Alexandre Lemgruber Portugal; a Assessora Jurídica da Presidência do Conselho de Administração de Defesa do Consumidor (Cade), Renata Perez Dantas; e o Coordenador do Instituto Nacional de Defesa dos Usuários de Medicamentos (Idum), Antônio Barbosa.

A pesquisa realizada pelo Idum revela que 208 medicamentos com preços controlados pelo Governo foram reajustados, sem autorização da Cemed (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos), após o aumento concedido, em 31 de março de 2007. A partir dessa data e até abril de 2008, nenhum aumento poderia ter ocorrido. Os dados levantados pelo Idum foram extraídos da “Revista Abcfarma”, órgão do comércio farmacêutico, e junto a farmácias de todo País.

De acordo com o Coordenador do Idum, farmacêutico Antonio Barbosa, Conselheiro Federal pelo Distrito Federal, os aumentos, além de burlarem as regras impostas pelo Governo, chegaram, no momento em que deveria haver reduções nos preços. “Houve queda no valor do dólar, a matéria-prima está mais barata e a indústria já praticou reajustes acima da inflação em vários itens”, disse Barbosa. Na oportunidade, o Coordenador do Idum lamentou a ausência de representantes da indústria

farmacêutica, na audiência pública.

Usando uma planilha que integra a pesquisa, o farmacêutico Antônio Barbosa explicou que o custo do medicamento é composto de 15% de matéria-prima, 1,5% de embalagem e cartonagem, 30% de marketing e comercial e 53,5% de fabricação, tecnologia e pessoal. “Não há justificativa para reajuste de preço, porque nenhum dos componentes de custo sofreu alteração. Tenho dados obtidos na pesquisa que comprovam que nenhum medicamento produzido, no Brasil, tem lucro inferior a 500%”, afirmou Barbosa.

ANVISA - O Gerente de Avaliação Econômica de Novas Tecnologias da Anvisa, Alexandre Lemgruber Portugal, destacou a importância da pesquisa realizada pelo Idum, mas lembrou que, de acordo com dados da Agência, dos 208 casos levantados como “irregulares” pelo Instituto, 159 são frutos de descontos comerciais das indústrias para as farmácias, e tais descontos não aparecem nos dados das revistas de preços; 23 são medicamentos que perderam o benefício do PIS/Cofins, que geralmente sai de 0% para 12%; cinco casos são repetidos na referida revista; quatro casos são medicamentos liberados de controle; três casos são fitoterápicos, que também são liberados de controle, e um caso foi erro de publicação. “Apenas dez casos são realmente irregulares e as empresas já receberam a comunicação da Anvisa. São poucos casos para um universo de cerca de 22 mil medicamentos, e a Agência já está tomando as providências”, disse Portugal.

O Coordenador do Idum, Antônio Barbosa, replicou que os dados da pesquisa não geram dúvidas e se comprometeu a apresentá-la aos Deputados integrantes da Comissão de Defesa do Consumidor e à Anvisa. “Não questiono a qualidade do corpo técnico da Anvisa. Só que tenho uma pesquisa que comprova que, num mês, um medicamento custa-

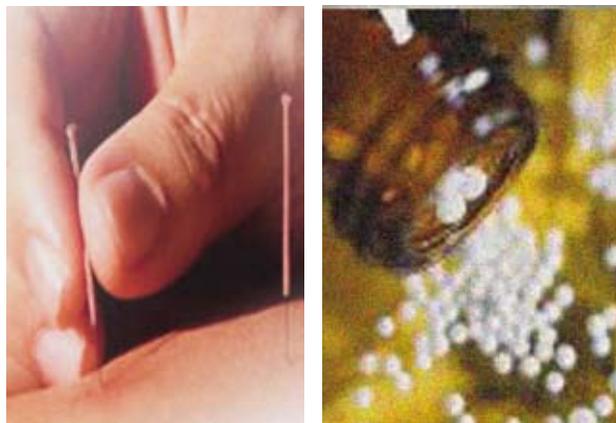
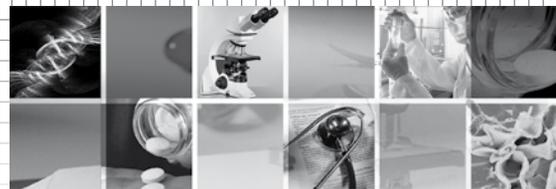
va R\$ 1,00 e, no outro mês, já era R\$ 1,20, e um mesmo medicamento, com o mesmo princípio ativo, pode ter grande variação de preço. Se não há justificativa para a disparidade de preço ou o reajuste, algo tem que ser feito. A população não pode pagar essa conta”, completou Barbosa.

SERVIÇO – O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, explicou que uma das grandes preocupações do Conselho Federal de Farmácia é a qualidade do serviço farmacêutico relacionado ao medicamento (a assistência farmacêutica) prestado à população. Souza Santos citou um trecho da Nota Técnica Conjunta, publicada pelo Ministério da Saúde, no mês de março, que ressalta a importância do farmacêutico e da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde (SUS).

O documento foi assinado pelo Ministro José Gomes Temporão; pelo Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Helvécio Miranda Magalhães Júnior; e pelo Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Osmar Terra. O trecho citado pelo Presidente do CFF destaca a importância do serviço prestado pelo farmacêutico como orientador da saúde e não como comerciante.

Dr. Jaldo de Souza Santos afirmou que os reajustes nos preços de medicamentos são consequência de um modelo que tem que ser abolido. “As farmácias passaram por um perigoso processo de mercantilização, que transformou o medicamento numa mercadoria qualquer. É um modelo ultrapassado, nutrido por interesses econômicos e financeiros, que submeteram as farmácias e drogarias às regras de mercado, quando, na verdade, são estabelecimentos de saúde sujeitos às leis sanitárias,” concluiu.

Pela jornalista, Veruska Narikawa, da Assessoria de Imprensa do CFF.



Cresce procura pela acupuntura e homeopatia, no SUS

■ Sistema já faz 700 mil consultas nessas práticas.

Depois de dois anos da implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, criada, em 2006, que inclui a homeopatia, fitoterapia, acupuntura, termalismo e medicina antroposófica, já são mais de 1.200 Municípios brasileiros que oferecem algum desses tratamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo dados do Sistema de Informações Ambulatoriais, em 2007, foram realizadas 385.950 consultas em acupuntura e 312.533 consultas em homeopatia, no Brasil. Os farmacêuticos estão aptos a exercer a acupuntura, no SUS.

A política consolidou-se, não apenas pelo acesso, mas também pelo número de profissionais que trabalham na área. No Brasil, 810 profissionais atuam na homeopatia e 699, em acupuntura, de acordo com dados de 2007.

Para mostrar o avanço da política, o Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde promoveu, de 13 a 15 de maio, em Brasília, o 1º Seminário Internacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, como parte das comemorações dos 20 anos do SUS. Esta é a primeira vez que o tema é debatido pelo Governo Federal, com a presença de outros cinco países e representantes da Organização Mundial de Saúde.

Participam da abertura do seminário, o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e a Coordenadora do Departamento de Medicina Tradicional da Organização Mundial de Saúde, a chinesa Xiaouri Zhang.

Dados das práticas integrativas

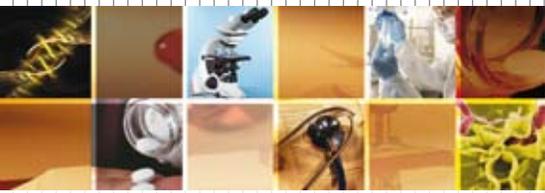
- **Consultas no Brasil** - Em 2000, foram realizadas 171.989 consultas em acupuntura e 257.508 em homeopatia. Em 2007, foram realizadas 385.950 consultas em acupuntura e 312.533 consultas em homeopatia.
- **Profissionais** - Em 2003 (antes de a política ser criada), eram 457 profissionais em homeopatia e, em 2007, 810 profissionais, no Brasil todo. Em 2003, eram 376 profissionais de acupuntura e, em 2007, 699 profissionais da área.
- **Municípios** - Em 2003, antes da criação da política, diagnóstico do Ministério da Saúde demonstrava a presença de alguma prática em 230 municípios brasileiros. Dois anos depois (2005), mais de 800 municípios ofereciam alguma das práticas. Em 2008, são mais de 1200.
- **Portaria** - Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006, incluiu no SUS a homeopatia, medicina chinesa acupuntura, uso de plantas medicinais e fitoterápicos.

O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ressaltou, durante a abertura do seminário que discute a acupuntura, homeopatia, medicina tradicional chinesa e fitoterapia, no SUS, o fato do Brasil ser um dos poucos países a ter uma política de práticas integrativas, descentralizada e financiada com recursos públicos. "O SUS é ousado por estar implementando, de maneira consistente, uma política inovadora. Esse é um grande desafio, mas é um bom desafio", afirmou.

Presente ao evento, a Coordenadora do Departamento de Medicina Tradicional da Organização Mundial de Saúde, a chinesa Xiaorui Zhang, não poupou elogios à política brasileira e informou que, devido à sua atuação, o Brasil terá um lugar à Mesa, durante o Congresso da Organização Mundial da Saúde, em Beijing (China), em novembro de 2008. Geralmente, apenas dois países falam e o Brasil será um deles.

Zhang, responsável pela inserção das práticas integrativas nos sistemas oficiais de saúde de todos os países, enumerou alguns desafios para aqueles que querem adotar o sistema de práticas complementares: aperfeiçoar leis, a comunicação entre as autoridades que aprovam os medicamentos, as informações sobre a qualificação dos profissionais e manter o consumidor mais informado.

Em 1986, apenas cinco países tinham uma política de prática integrativa. Em 2003, já eram 44 países. Em relação à regulamentação do uso de plantas medicinais, em 1986, 14 países apresentavam legislação; em 2003, 83 países. A Alemanha (80% da população) e o Canadá (70% da população) são os países desenvolvidos que mais utilizam esse sistema.



Fitoterápicos no Tratamento do HIV

O HIV (Vírus da Imunodeficiência Adquirida) tem nova opção de tratamento. A farmacêutica Terezinha de Jesus Almeida Silva Rego, professora doutora do Departamento de Farmácia da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) desenvolve, há 18 anos, um fitoterápico à base da planta chanana para utilização em soropositivos.

O tratamento consiste na ingestão da tintura da *Tunera guyanensis* L (nomenclatura científica da chanana) pelos pacientes atingidos pelo vírus. “A planta tem propriedades energéticas. Desta forma, o corpo, enfraquecido pela ação do vírus, se tonifica e reage melhor no combate às infecções oportunistas em conjunto com os medicamentos alopáticos (de base química)”, explica Terezinha.

Um grupo formado por 33 pessoas recebe o tratamento à base

dos medicamentos fitoterápicos. Cada um consome mensalmente, em média, 300 ml da tintura. “Nós atendemos soropositivos de todas as regiões da grande São Luis à procura de atendimento. A questão etária, também, é muito abrangente. Nossa paciente mais nova possui apenas 17 anos e o mais velho, 58”, conta a pesquisadora, ao ressaltar o grande acolhimento de seu projeto.

O plantio da chanana utilizada na fabricação dos medicamentos ocorre, dentro da própria Universidade, no herbário Berta Lange de Morretes. “A pesquisa é realizada, desde 1982, e começou, em Campinas (SP). A demanda por envio da chanana cultivada, em São Luis, sempre foi grande, devido à composição química do solo maranhense, que favorece o desenvolvimento de princípios ativos na planta, o que não acontece, em outros solos”, esclarece a professora Terezinha de Jesus Almeida Silva Rego.

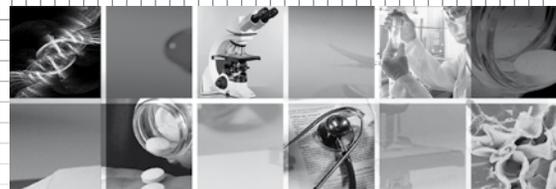
A pesquisa passou a ser desenvolvida, na UFMA, em 1990

e, desde então, vem alcançando avanços significativos no tratamento dos pacientes soropositivos. “Ao trazer a pesquisa para a Universidade Federal do Maranhão, nós percebemos que a tintura era mais eficaz que o chá da planta, utilizado na terapia de pacientes de Campinas. A tintura tem a vantagem de permanecer própria para consumo por um período de um ano, ao contrário do chá, que logo evapora”, complementa Terezinha, que lembra que este e outros fitoterápicos desenvolvidos pela Universidade estão ao alcance de todos os interessados, bastando que estes se cadastrem junto ao Departamento de Farmácia da Universidade.

A Dra. Terezinha Rego foi homenageada pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), em 2002, com a Comenda do Mérito Farmacêutico, por indicação do Conselho Federal de Farmácia do Maranhão, Ronaldo Pereira Filho. A indicação foi aprovada pelo Plenário do CFF.



Farmacêutica Terezinha de Jesus Almeida Silva Rego, professora do Departamento de Farmácia da UFMA, desenvolve, há 18 anos, fitoterápico à base da planta chanana para utilização em soropositivos



Dengue: vacina na mira do Ministério da Saúde



O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, informou, no dia 6 de maio de 2008, que está sendo feito um levantamento das pesquisas desenvolvidas sobre a dengue, no Brasil, principalmente, as relacionadas à produção de uma vacina. A idéia, segundo ele, é financiar e apoiar institucionalmente as entidades para que a tecnologia desenvolvida seja brasileira e produzida, o mais breve possível.

“Temos grande potencial para desenvolver a vacina da dengue, seja na Fiocruz, seja na USP (Universidade de São Paulo), com o Instituto Butantan, ou em diversas outras entidades. Queremos

investigar aqueles grupos que estão mais avançados e apoiá-los, financeira e institucionalmente. O objetivo é obter uma tecnologia brasileira, no menor tempo possível”, afirmou o Ministro.

Entre outras atividades, José Gomes Temporão, também, citou projetos que estão sendo desenvolvidos em parceria com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), como a utilização de mosquitos estéreis, que ajudariam a controlar a multiplicação dos vetores, de armadilhas utilizando feromônios e de biolarvicidas.

A vacina, no entanto, não de-



verá estar disponível, antes de cinco anos, segundo o Ministro. Portanto, o único meio de diminuir o índice da doença é controlar a população do mosquito transmissor, o *Aedes Aegypti*.

Complexo produtivo da saúde terá incentivo da nova política industrial

■ **Ministro da Saúde, José Gomes Temporão:**
“A indústria de base de farmoquímica brasileira foi destruída, na década de 80”.

O Governo lançou, em maio, na sede do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no Rio de Janeiro, uma nova política industrial. Ela vai priorizar investimentos em diversos segmentos, entre eles o setor saúde. A política será promovida pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). O Ministério da Saúde já definiu, como uma de suas prioridades estratégicas, o desenvolvimento e inovação do Complexo Produtivo de Bens e Serviços de Saúde, no País.

O Ministério da Saúde, José Gomes Temporão, quer consolidar programas e ações que possibilitem o



Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, diz que déficit da balança setorial comercial da saúde caracteriza vulnerabilidade da política social brasileira

fomento, desenvolvimento e inovação para os insumos industriais deste segmento. A atração de investimentos e o fortalecimento da produção nacional são fundamentais para o aumento da competitividade do produto brasileiro e para o incentivo à fabricação nacional de materiais e equipamentos médico-hospitalares, hoje, importados pelo Governo.

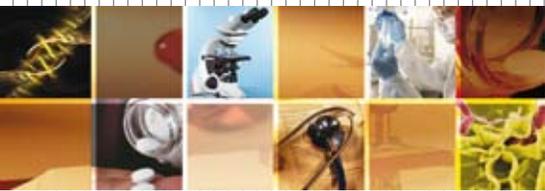
“A indústria de base de farmoquímica brasileira foi destruída, na década

de 80. O Brasil já teve uma balança setorial negativa de US\$ 600 milhões e, agora, esse déficit está em US\$ 6 bilhões”, alertou o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

DEFICIT DA BALANÇA SETORIAL – Temporão explicou que, hoje, 50% do mercado de máquinas e equipamentos hospitalares e 25% do mercado farmacêutico são públicos, o equivalente a R\$ 22 bilhões, por ano. Dos US\$ 5 bilhões de déficit da balança setorial comercial da saúde, US\$ 2 bilhões são fármacos e medicamentos. “Esse quadro caracteriza uma vulnerabilidade da política social brasileira”, completou.

Para minimizar este impacto, o Programa Mais Saúde prevê investir R\$ 5,1 bilhões em iniciativas, para reduzir o déficit comercial do setor e aumentar, a uma taxa de 7% ao ano, a produção nacional de itens, como farmoquímicos, medicamentos, equipamentos e materiais médicos.

Do total de recursos financeiros, R\$ 1,2 bilhão são do Plano Plurianual, R\$ 3 bilhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e R\$ 900 milhões da



regulamentação da Emenda 29 para o fomento da capacidade produtiva e inovação nas indústrias privadas nacionais de medicamentos.

Temporão quer concentrar os financiamentos do BNDES à Saúde em uma lista de produtos com grande impacto no atendimento à população e no orçamento do Ministério. Dessa lista, constam marca-passos, medicamentos genéricos, vacinas e soros e órteses e próteses, cujos similares nacionais teriam preferência nas compras do Governo.

Em 2007, o Ministério da Saúde pagou R\$ 4,7 bilhões para a aquisição de medicamentos. O valor corresponde a 12% do orçamento da Pasta. Deste montante, R\$ 780 milhões são apenas para a compra de soros e vacinas.

Por este motivo, o Governo vai usar uma estratégia, baseada no poder de compra do Estado, para alterar a política tarifária e estimular a competitividade nacional na fabricação e comercialização de produtos inovadores e essenciais. O Mais Saúde prevê a eliminação das vantagens da aquisição de produtos importados em relação aos fabricados, no País, estimulando a produção nacional.

METAS - Entre as metas do Programa Mais Saúde, na área de incremento da produção nacional, destacam-se: o atendimento de 80% das necessidades do Programa Nacional de Imunizações (PNI), garantindo o acesso a novas vacinas (pneumococos, meningocócica AC, dupla viral e pentavalente (DPT + HiB + vacina contra hepatite B); aumento em 50% do quantitativo de medicamentos produzidos pelos laboratórios farmacêuticos oficiais, incluindo insulina e medicação para o tratamento da Aids; substituição de 20% da demanda por equipamentos e materiais do SUS por produtos nacionais, como marca-passos, ultrassonógrafos e mamógrafos e conclusão da Hemobrás, fábrica de hemoderivados, em Goiana (PE), até 2010.

Como estrutura de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no âmbito do Complexo Industrial da Saúde, o Programa Mais Saúde pretende consolidar a Rede Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde, com

a expansão institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em seis novas unidades, nos Estados do Rio Grande do Sul, Rondônia, Piauí, Ceará, Mato Grosso do Sul e Paraná. Pretende, também, melhorar a estrutura física de 75% dos laboratórios centrais e de referência integrantes da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.

Integra, ainda, o Mais Saúde projeto de reformar e equipar 30 centrais de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (vacinas, medicamentos, inseticidas, entre outros).

Em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Saúde pretende estruturar duas redes

de pesquisa clínica para atender às necessidades do SUS. Outro resultado dessa parceria será a criação de dois centros nacionais de toxicologia para o atendimento a 100% da demanda da indústria da Saúde e das instituições de Ciência e Tecnologia.

O Programa do Complexo Produtivo da Saúde tem por objetivo geral promover o fortalecimento e modernização dos produtores estratégicos, por meio da ampliação da capacidade inovadora e da mudança do patamar competitivo, contribuindo para a redução da defasagem tecnológica existente e para o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do País.

Anvisa cria banco de cadastros de currículos



de servidores públicos, consultores independentes, pesquisadores, professores universitários e profissionais da iniciativa privada, além de relatos de experiências.

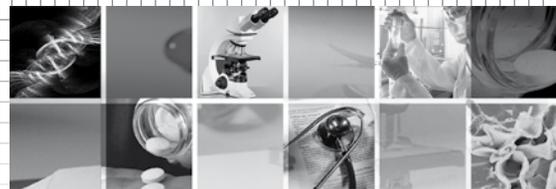
O DCVISA não será apenas um banco de currículos. A Anvisa desenvolveu o diretório para servir como uma

ferramenta de planejamento e de avaliação e, também, para criar e mapear as redes de competências em Visa e as trajetórias profissionais.

O desenvolvimento do Diretório de Competências em Vigilância foi realizado, ao longo de dois anos de trabalho do Centro de Gestão do Conhecimento Técnico-científico e da Gerência-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação da Anvisa. O protótipo do sistema foi elaborado pelo Instituto Stela, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), construído, a partir das indicações de necessidades feitas pelos técnicos da Agência.

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) lançou, no dia 8 de maio, o Diretório de Competência em Vigilância Sanitária (DCVISA), um banco nacional de cadastros de currículos da área. Os profissionais em Visa podem se cadastrar nesta base de dados, por meio do endereço eletrônico, <http://dcvisa.anvisa.gov.br>, ancorado na página da Agência. A inscrição é gratuita.

Qualquer pessoa, do campo da Vigilância Sanitária e demais áreas do conhecimento, pode se inscrever. O diretório poderá receber, por exemplo, informações curriculares



Brasil propõe criação de fundo global para pesquisa em saúde

Criar um fundo global para o desenvolvimento de tecnologia e conhecimento que atinjam diretamente as questões de saúde dos países em desenvolvimento. Foi o que propôs o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, no dia 20 de maio de 2008, em Genebra, durante a 61ª Assembléia Mundial de Saúde. Os recursos para o fundo viriam de taxas para indústrias que reconhecidamente fazem mal à saúde, como a de tabaco e de álcool.

“Se vocês querem um mundo mais saudável, então, levem a sério a agenda dos países em desenvolvimento”, afirmou o Ministro em seu discurso. Segundo ele, 68 países não atingirão as Metas do Milênio, por falta de ações, como uma coordenação de donativos, de programas orientados para a solução de problemas de saúde e de uma estratégia local de prioridades.

A assembléia é o principal encontro mundial promovido pela OMS (Organização Mundial de Saúde). Para lá, seguem representantes de todos os países membros, que atualmente somam 192 delegações. Entre os assuntos que foram abordados, estiveram saúde pública, inovação e propriedades intelectual; estratégias para reduzir o uso nocivo de álcool; prevenção e controle de enfermidades transmissíveis; mudanças climáticas e

a saúde; e preparação para uma pandemia de gripe.

“O acesso aos frutos do conhecimento humano estão crescentemente segmentados por linhas legais e de mercado. Nós temos a obrigação moral de assegurar e tornar o mais acessível possível os benefícios do progresso humano para todos. Estruturas inovadoras são necessárias para acumular e sustentar o acesso a níveis mais elevados de saúde para os países em desenvolvimento do mundo”, disse Temporão, em seu discurso.

Em seu questionamento sobre como reforçar essa estratégia, o Ministro defendeu um fundo global, controlado pela ONU

(Organização das Nações Unidas), para desenvolver pesquisas e conhecimento para ajudar os países em desenvolvimento em suas ações de saúde.

A própria OMS, em 2000, caracterizou como doenças negligenciadas, aquelas que não fazem parte da plataforma de pesquisa da indústria mundial de fármacos. Elas compõem cerca de 90% das doenças humanas, prejudicando principalmente os países mais pobres.

Segundo Temporão, o Brasil tem cumprido uma importante agenda denominada do eixo SUL-SUL (países em desenvolvimento do Hemisfério Sul), com países da América Latina e África. Ele defendeu o sistema de saúde pública brasileiro, principalmente a atenção básica e o programa Saúde da Família, que já atinge 90 milhões de pessoas.

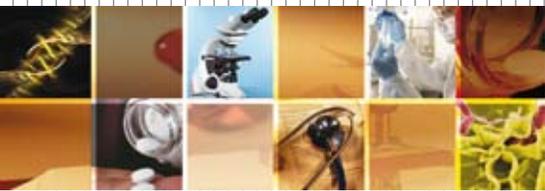
Brasil vai sediar Conferência da ONU

O Brasil vai sediar, em novembro de 2008, a Conferência Internacional sobre os Objetivos do Milênio. O anúncio foi feito, em Genebra, na Suíça, pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, durante a Assembléia Mundial da Saúde. As metas do milênio foram fixadas, no ano 2000, por 191 países da Organização das Nações Unidas (ONU), e devem ser atingidas, até 2015, envolvendo melhorias nas áreas da educação, saúde, meio ambiente e direitos das

mulheres. Outra notícia importante vinda de Genebra é a eleição do Brasil para integrar o Comitê Executivo da OMS, órgão responsável pelas decisões máximas da entidade.



Entre os objetivos do milênio que serão discutidos na Conferência de novembro, um deles trata da que-



Tabaco e pílula anticoncepcional: uma associação perigosa

- Para a Organização Mundial da Saúde, pílulas combinadas – as que contêm estrógeno e progesterona – não devem ser consumidas por mulheres fumantes acima dos 35 anos.
- Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, diz que os farmacêuticos devem ter um papel importante na luta contra o tabagismo.

No Dia Mundial Sem Tabaco (31/05), muito se falou sobre os inúmeros males pulmonares causados pelo cigarro, como câncer e enfisema. Mas não se pôde esquecer que o tabagismo é considerado, também, um dos mais importantes fatores de risco de infarto e acidentes vasculares cerebrais. Por isso, o cigarro deve ser combatido, principalmente por quem, além de fumar, tem hábitos que agravam os riscos. É o caso de milhares de mulheres brasileiras que combi-

nam o tabagismo ao uso da pílula anticoncepcional.

Estudos apontam que o consumo de 15 cigarros, por dia, aliado ao uso do anticoncepcional, aumenta em 20 vezes o risco de doença cardiovascular. O médico José Roberto Barreto, integrante da Comissão Organizadora do “XV Congresso de Cardiologia de Brasília”, que será realizado, de 12 a 14 de junho, no Brasília Alvorada Park Hotel, na Capital da República, lembra que nunca as mulheres correram tanto risco de infarto, como nos dias de hoje. “A doença, tipicamente masculina, passou a ocorrer, cada vez mais, entre as mulheres, que mudaram radicalmente seu estilo de vida. Hoje, estão mais propensas ao sedentarismo e à má alimentação. Para piorar, formam um dos grupos de fumantes que mais crescem no mundo”, comenta o cardiologista.

Para a Organização Mundial da Saúde, pílulas combinadas – as que contêm estrógeno e progesterona – não devem ser consumidas por mulheres fumantes acima dos 35 anos. “Isso, porque a nicotina ajuda na agregação de plaquetas e os hormônios facilitam a formação de coágulos. Ou seja, o fumo, aliado a esse tipo de droga, pode estimular a coagulação e, conseqüentemen-



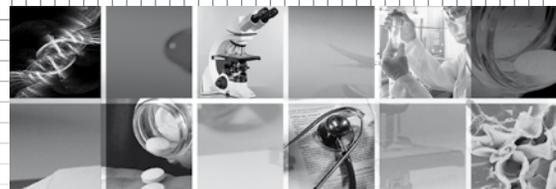
te, o entupimento das veias”, explica Dr. Barreto. Para as mulheres que ainda não conseguiram deixar o fumo, os métodos contraceptivos mais indicados são os que contêm somente progesterona.

PREVENÇÃO – A partir dos 35 anos, é fundamental que as mulheres realizem exames de colesterol e pressão arterial, anualmente. Mesmo parecendo um mantra, é fundamental repetir que a combinação de uma dieta saudável, aliada à prática de atividade física regular e ao abandono definitivo do cigarro, compõem o caminho para se viver muito e bem. “Não há dúvidas de que as mulheres deixaram para trás o estigma de sexo frágil, mas uma saúde de ferro é resultado de uma vida levada a sério”, conclui Dr. Barreto.

FARMACÊUTICOS – O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, conclamou os farmacêuticos a se engajarem na luta antitabagista, realizando campanhas de esclarecimentos sobre os malefícios causados à saúde do fumante, ou adotando outras ações do gênero. Souza Santos que o CFF tem a intenção de realizar uma campanha nesse sentido. “Os farmacêuticos têm grande responsabilidade na luta contra o tabaco”, concluiu.

da do índice de mortalidade infantil. Os países se comprometem a chegar a 2015, tendo reduzido essa taxa em pelo menos dois terços, a partir de 1990. Segundo a OMS, o Brasil é um dos poucos que alcançarão a meta, antes do prazo: em 2012, o índice, no País, deverá ser de 14,4 óbitos por mil nascidos vivos (era de 43,2 em 1990).

Esse avanço está diretamente associado à melhoria da qualidade da atenção básica e à ampliação do Programa Saúde da Família (PSF), hoje, presente em 5.141 Municípios (92,4%) e com uma cobertura assistencial a 89,3 milhões de brasileiros (47,5%).



Produtos para saúde: manual vai agilizar registro

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) trabalha atualmente na elaboração do “Manual para Regularização de Equipamentos Médicos”. O objetivo da publicação é orientar, de forma mais esclarecedora e didática, os fabricantes, para que eles possam cumprir, com mais eficiência, os requisitos exigidos para a obtenção do registro dos produtos.

“Com o aumento do conhecimento por parte das empresas, espera-se diminuir o número de exigências feitas aos processos e conseqüentemente, o tempo para a emissão do parecer final”, explica o Gerente Geral de Tecnologia de Produtos Para a Saúde, Pauli-

no Araki. Com isso, evita-se analisar o mesmo processo repetidas vezes, agilizando o procedimento como um todo e diminuindo custos para a empresa e para o órgão regulador.

Por lei, a Anvisa tem 90 dias para dar sua primeira manifestação quanto ao deferimento ou não do registro de um produto para a saúde. Mas o processo pode se estender, se a empresa não cumprir exigências que porventura sejam feitas pela Agência, no sentido de comprovar a eficácia ou a segurança do produto. O “Manual para Regularização de Equipamentos Médicos” ficará disponível no *site* da Agência.



Foi realizado, na ala oeste do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, nos dias 16 e 17 de junho, o Pautar Brasil 2008, evento oficial do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas - Conselho.

O Pautar Brasil é um espaço criado para debater a responsa-

bilidade e o poder das profissões brasileiras e o desenvolvimento dos Conselhos e Ordens de Profissões. A primeira edição do evento aconteceu, em maio de 2007, e reuniu 450 representantes dos Conselhos. O encontro resultou na apresentação e discussão de projetos que visam a promover o desenvolvimento hu-

mano e fomentar o crescimento econômico do País.

Além de promover o progresso nacional, o evento também tem como objetivo alinhar posições a respeito das relações profissionais pós-liberação de trabalho no Mercosul; promover a organização interna das instituições, a capacitação de pessoal e a qualidade de serviços para a sociedade; e propor o debate estratégico sobre o futuro das profissões.

O Pautar Brasil 2008 é uma promoção do Conselho e realização do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social (IBDES), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cuja missão é promover o desenvolvimento das profissões e fomentar o profissionalismo no Brasil.